

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE HISTÓRIA

NEURISVANE PEREIRA GOMES

**A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SÃO LUÍS NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX**

São Luís-MA

2021

NEURISVANE PEREIRA GOMES

**A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SÃO LUÍS NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: profa. Dr^a. Elizabeth Sousa Abrantes.

São Luís-MA

2021

Gomes, Neurisvane Pereira.

A educação doméstica em São Luís na Segundametade do Século XIX /
Neurisvane Pereira Gomes. – São Luís, 2021.

59 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do
Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth SousaAbrantes.

1. Educação doméstica. 2. Educação em São Luís. 3. Família.
Maranhense. I. Título.

CDU 37.018.1(812.1)

NEURISVANE PEREIRA GOMES

**A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SÃO LUÍS NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em História.

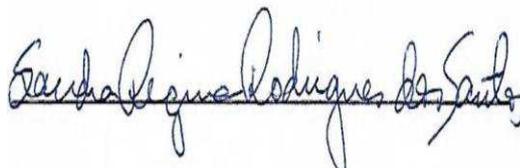
Aprovada em: 27 /08 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Elizabeth Sousa Abrantes

Profa. Dr^a. Elizabeth Sousa Abrantes (Orientadora)

Doutora em História Social
Universidade Federal Fluminense



Profa. Dr^a. Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Doutora em Políticas Públicas em Educação
Universidade Estadual de Campinas



Profa. Dr^a. Tatiana Raquel Reis Silva

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia

Para Neurismar, Tatiana e Ivaneure; Mãe,
filha, irmã, amigas, inspiradoras.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu escudo e baluarte, minhas conquistas são fruto da força que exerce em minha vida.

A minha irmã Ivaneure, sem sua ajuda a conclusão desse trabalho seria complexa. Obrigada por sempre estar ao meu lado, pela compreensão e todo esforço que fizestes para estar com minha filhinha enquanto eu estudava.

A minha mãe, pelo apoio e amor incondicional, essa realização também é sua.

A Paulino Viegas, com a ajuda nos textos no início da minha vida acadêmica, por sempre acreditar em mim em meio as dificuldades dos trabalhos e seminários.

A minha professora, Dra. Elizabeth Sousa Abrantes, por ter me orientado nesse trabalho, nas revisões correções e dicas, por todas as experiências compartilhadas.

A minha amiga Flaviana Mônica, que com seus conselhos e palavras de incentivo não me deixou desistir mesmo em meio a um novo momento que a maternidade me permitiu vivenciar.

A toda minha família, essa vitória é de todos nós.

“Se há um posto do dever acima de qualquer outro, que exija o cultivo da mente, no qual as capacidades intelectuais e físicas requeiram resistência e vigor saudável, esse é a educação das crianças.”

(Ellen G. White)

RESUMO

O objetivo primário desse trabalho é estudar a educação doméstica em São Luís na segunda metade do século XIX, haja vista o interesse na manutenção de certa diferenciação social entre as elites e os extratos mais baixos da população, bem como a maneira com que essa parcela de abastados pretendia educar meninos e meninas. E por se destacar tanto nesse momento os assuntos referentes à família, as relações que se desenrolam em torno das questões educacionais, apresentamos esse estudo buscando mostrar os sentidos educação doméstica no século XIX, os agentes que orientavam essa educação, pais, mestres, preceptores bem como destacar a prática dessa educação em São Luís nesse período. Em nossos levantamentos sobre o tema verificamos essa abordagem nos documentos oficiais em torno da educação da criança e do dever da família de instruir particularmente os filhos. Estas proposições estão contidas nos regulamentos, falas de autoridades da época, jornais a partir da segunda metade do século XIX, obras literárias que nos forneceram subsídios para a conclusão de nossas pesquisas.

Palavras-chave: Educação doméstica. Educação em São Luís. Família.

ABSTRACT

The primary objective of this work is to study domestic education in São Luís in the second half of the nineteenth century, given the interest in maintaining a certain social differentiation between the elites and the lower strata of the population, as well as how this portion of wealthy people intended to educate boys and girls. And because the issues related to the family and the relationships that unfold around educational issues stand out so much at that time, we present this study seeking to show the meanings of domestic education in the nineteenth century, the agents who guided this education, parents, teachers, and tutors. how to highlight the practice of this education in São Luís during this period. In our surveys on the subject, we verified this approach in official documents around the education of children and the family's duty to particularly instruct their children. These propositions are contained in regulations, speeches by authorities of the time, newspapers from the second half of the 19th century, literary works that provided us with subsidies for the conclusion of our research.

Keywords: Home education. Education in São Luís. Family.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O SENTIDO DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NO SÉCULO XIX	14
3 EDUCAÇÃO DOMÉSTICA: CARACTERÍSTICAS E AGENTES	25
4 AS FAMÍLIAS ABASTADAS DE SÃO LUÍS E O INTERESSE PELA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA.....	33
4.1 A Família no contexto do Brasil Imperial	14
4.2 A questão educacional no século XIX no discurso da imprensa	39
5 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS E FONTES	53

1 INTRODUÇÃO

Analisar as práticas educacionais das famílias de elite no Brasil de Oitocentos requer um olhar atento às influências externas que se operam. Discursos distintos produzidos em torno da criança a colocam em espaços limitados através de princípios norteadores de seu desenvolvimento e educação. No entanto, era a rotina do mundo adulto que ordenava o cotidiano da criança (PRIORE, 1999), isso se dava através de um conjunto de procedimentos aceitáveis socialmente.

Tratado como um período transitório, a infância era vista com expectativa. Entretanto é necessário observar influências européias sobre os costumes da sociedade brasileira. Crescem o número de estudos relacionados à família. Destaca-se o interesse do estudo da criança a partir do século XIX, Michelle Perrot salienta que é nesse século que “o filho ocupa mais que nunca o centro da família” (PERROT, 2009, p.134). Um conjunto de questões, relacionadas à área da medicina, da psicologia e também do direito dão destaque a infância.

Ao nos depararmos com trabalhos referentes à educação no século XIX, mas especificamente as pesquisas de Maria Vasconcelos, (2004) acerca da educação doméstica, fomos impressionados a explorar esse universo percorrido por estudiosos da educação. Suas considerações mostravam como esse tipo de educação no interior das casas das famílias das elites era algo comum em todo o Império.

A indagação que fazíamos naquela ocasião era justamente sobre os poucos trabalhos que abordavam a educação doméstica no Maranhão, seja pela precariedade de fontes já que o espaço da família era sagrado, e os documentos oficiais destacavam ações do governo em torno da educação pública; o Estado não adentra e não interfere no poder das famílias como já apontado por muitos historiadores. Por outro lado a história da educação avançava em outras direções circundando a educação no Oitocentos.

No Brasil temos o importante trabalho organizado por Mary Del Priore, *A História das crianças no Brasil* (1999). Dentre tantos temas que esse livro aborda, nos utilizaremos do destaque dado à criança da elite e as fases do seu desenvolvimento.

Maria Celi Chaves Vasconcelos aprofundou as pesquisas sobre a educação que se preferia aos filhos das famílias ricas que, por suas condições, podiam ofertar uma educação privilegiada. A maioria dos trabalhos publicados da autora aborda o tema da educação doméstica no Brasil. Podemos perceber a importância que Vasconcelos deu ao estudo da educação doméstica ao se debruçar sobre esse objeto destacando-a como privilégio da elite, haja vista, a condição e o lugar social de quem bem podia pagar por esses serviços.

No Maranhão alguns trabalhos se desenvolveram em torno da educação feminina, a exemplo, os estudos de Elizabeth Sousa Abrantes, em seus dois principais trabalhos, dissertação de mestrado, *A educação do Bello Sexo em São Luís* e sua tese de doutorado, *O Dote é a Moça Educada*, abordam o modelo educacional feminino no século XIX, este último tratando a educação feminina como dote simbólico; analisando como a educação formal dada às mulheres se tornou um símbolo de “dote” na primeira república, a ressignificação do papel das mulheres das camadas médias urbanas. Faz uso do “estatuto do dote” (ABRANTES, 2012, p. 13) no período colonial e os novos arranjos dotais do século XIX. A educação formal dada às mulheres concedia certo valor às mesmas preparando-as para o ofício de boa mãe e esposa. A necessidade da educação formal como dote abria brechas para a autonomia dessas mulheres por meio do trabalho ou de uma profissão. A autora centraliza seu estudo na instrução formal reservada as moças das famílias abastadas de São Luís.

Cesar Augusto (2017, p.104) em seu estudo sobre a ação da inspetoria da instrução pública no Maranhão *Controlar e Disciplinar a Vida Escolar: a ação da inspetoria da instrução pública no Maranhão (1844-1889) reflete a respeito da instrução pública na província do Maranhão já que o processo de escolarização estava envolto politicamente em interesses da minoria elitizada o que o autor identificou como “uma política pública de controle da população”*. Traça também o

perfil da educação da época bem como os primórdios da instrução pública desde os tempos coloniais até seu presente estudo, nos ajudando a entender as características da instrução e sua evolução.

Maria Socorro Coelho Cabral, em *Política e Educação no Maranhão*, analisa as propostas e realizações educacionais no Maranhão. Cabral ao verificar a ausência de estudos específicos sobre a realidade da educação no Maranhão introduziu questões mais profundas sobre o tema.

As décadas de 40, 50, 60 foram as mais prósperas economicamente, no mesmo período o ensino público no Brasil havia sido encomendado pelo Ato adicional de 1834 a todas as províncias. A partir do Ato a autora faz seu recorte 1834 a 1889 levando em conta toda conjuntura do período.

Nos anos 60 e 70 surgiram ocorrências de grande relevância na política e economia do Maranhão como o “agravamento da situação econômica e o surgimento de uma nova correlação de forças” (CABRAL, 1984. p. 18) no interior da classe dominante local. O estudo aborda as principais tendências que marcara o ensino público no Maranhão, bem como a evolução desta nessa província usando tabelas que mostrassem a evolução quantitativa do ensino elementar através dos documentos oficiais. Salienta ainda como a economia mercantil influenciou o conjunto da sociedade local, o esforços dos fazendeiros para tentar amenizar os danos na economia, isso repercutia diretamente na educação.

Observa a sociedade maranhense da época e a correlações de forças sociais em atividade. A elite maranhense amplia e consolida sua hegemonia que a partir da independência lutara arduamente pelo controle do aparelho do Estado e outros meios de dominação, impondo seus interesses. As características que passou a ter a instrução pública surgiram do interesse da elite dessa província.

Seguindo essa linha temos o conceituado trabalho de Maria de Lourdes Louande Lacroix (1982), *A Educação na Baixada Maranhense*, pelo qual acompanha o processo educacional na baixada Maranhense discutindo as relações existentes entre educação, sistemas políticos e econômicos vigentes no século XIX. Inúmeros outros estudiosos locais nos quais nossa pesquisa não pôde abarcar (na delimitação do nosso tema), nos levam a compreender o processo de desenvolvimento da instrução pública no Maranhão.

Por se tratar de práticas cotidianas, costumes e cultura de uma determinada sociedade destacamos a importância dos estudos feitos por Jatahy Pesavento para entendermos o universo da criança. Em conformidade com o pensamento de Jatahy Pesavento entendemos que quando se estuda a cultura, algo mais é acrescentado, o historiador é sensível as ações dos homens, ao valor que eles atribuem as coisas. Auxiliam na percepção dos indivíduos decifrando os gestos as minúcias, a vida, as emoções as experiências diárias, o sentido dado às coisas, as sensações. Por isso estudar a educação doméstica das crianças, é adentrar num universo descrito pela história cultural, o contato com experiências, emoções costumes e práticas de significados diversos. Sandra Jatahy Pesavento destaca que:

Pensar as sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar ou esconder os sentimentos (PESAVENTO, 2008, p. 59).

Ainda segundo essa autora a História Cultural foi renovada ao se aventurar por outros campos, pelo interesse a certos assuntos até então negligenciados.

A História Social chega ao domínio do Cultural buscando dar novos sentidos ao estudo do homem comum, atribuindo significado a suas ações no universo em que estava inserido. Hebe Castro (1997) ao estudar a trajetória da História social, destaca a importância da História social da família, dos arranjos familiares que no Brasil ganham cada vez mais espaço na escolha dos assuntos estudados.

Nosso destaque será dado ao estudo da educação doméstica dos filhos das famílias de elite; mas aparece nesse trajeto discursos que surgiram a partir do direito das famílias em manter a educação de acordo com suas preferências mostrando certa resistência a educação difundida pelo governo da época no Maranhão. Sabe-se, porém que essa elite exercia forte influência dentro do cenário político e econômico nesse período.

Por ser um assunto amplo, esse trabalho tem como objetivo analisar a educação doméstica das famílias das elites em São Luís na segunda metade do século XIX, já que era costume no Brasil desse período as elites contratarem professores ou preceptores para ensinar a criança no próprio ambiente doméstico.

Os discursos revelam questões de interesse das famílias em manter o costume de se educar a criança particularmente se opondo a educação pública apresentada pelo o Estado. Nesse sentido podemos perceber a força das famílias que ascenderam socialmente dentro desse cenário destacando-se relações mais amplas da sociedade nessa época.

Nesse trabalho foi inserida primeiramente a pesquisa bibliográfica, livros, teses, artigos. Destacamos também obras literárias do século XIX, *A Intrusa* de Júlia Lopes de Almeida que reforça o costume da educação doméstica no Brasil e a de Aluizio de Azevedo *O Mulato*, que nos indica o costume de famílias ricas em São Luís em contratar preceptores para ajudar na educação dos filhos. Considerando que esse foi um passo fundamental para a próxima etapa: as pesquisas em documentos de fontes primárias dos arquivos, que nos permitem verificar discursos através das falas do presidente da província à Assembléia Legislativa provincial em 1849, mensagens de 1871 e relatórios 1874 ambos de Augusto O. Gomes de Castro, Regulamentos da Instrução Pública 1874, Guia do Imigrante da província do Maranhão de 1888, jornais; *A Marmota Maranhense* (1851) *A Sentinela* (1855), *A Escola* (1874) *A Mocidade* (1875), *A Família* (1888), *Álbum das Meninas* (1889, 1898, 1899). Na pesquisa foram usadas fontes disponíveis na Biblioteca Pública Benedito Leite, através de fotos que foram tiradas por nós no início de nosso interesse pelo tema, e em arquivos digitais preservados em microfilmagem, e outros meios no Ciberespaço. As pesquisas atuais sobre educação doméstica possibilitam compreender o universo das crianças; as práticas familiares, os cuidados que as elites tinham com os espaços por elas freqüentados que, de algum modo, poderia lhes parecer nocivo.

No primeiro capítulo iremos explicar os sentidos da educação doméstica como atividade reconhecida de ensino pelas famílias das elites. Buscaremos entender o que foi e o que representou a educação doméstica no século XIX.

No segundo capítulo versaremos sobre as principais características da educação doméstica dos filhos das elites, discorrendo sobre as alternativas dos agentes que norteavam a educação no lar das famílias abastadas; profissionais

disponíveis que de diversas maneiras ofertavam seus serviços, bem como as modalidades desse ofício.

No último capítulo percorreremos alguns estudos referentes à família no Brasil e as características das famílias de São Luís haja vista os padrões de distinção da elite maranhense. Analisaremos alguns discursos em torno do direito dos pais em escolherem a melhor maneira de se educar meninos e meninas na segunda metade do século XIX.

2 O SENTIDO DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NO SÉCULO XIX.

Vasconcelos (2004) em suas pesquisas sobre a educação doméstica no Brasil do século XIX buscou percorrer um caminho inverso de trabalhos predominantes sobre educação, (mas que sem eles era impossível formular seu problema de pesquisa) como podemos ver:

Deparei-me com uma imensa lacuna, a educação doméstica, que a historiografia da educação no Brasil parecia não ousar preencher, privilegiando o estudo das instituições formais de educação e, principalmente, aquelas que, a cargo do Estado, ou sob a sua tutela, haviam se desenvolvido. Apesar de estudos fundamentais e pioneiros acerca da escola pública ou privada no Brasil, especialmente no século XIX, as estatísticas apresentadas eram conflitantes, oferecendo uma pista para a investigação: o número de instituições formais de educação no País, particularmente na Corte Imperial- tomada como referencial por se tratar do local onde se concentravam as decisões políticas e econômicas- era insuficiente para dar conta do contingente, mesmo reduzido, de pessoas que sabiam ler e escrever e que proliferava a partir da segunda metade de Oitocentos (VASCONCELOS, 2004, p. 1).

A educação doméstica, foi à forma de ensino utilizada pela elite brasileira do século XIX. Esta por sua vez, foi uma modalidade de educação reconhecida. A oficialidade do ensino ganha espaço no decorrer desse processo (VASCONCELOS, 2004). As discussões acerca da responsabilidade de ensino se tornariam mais intensas na segunda metade do século XIX.

Para algumas famílias a educação oferecida pelo Estado poderia prejudicar o desenvolvimento das crianças, temiam, portanto, as conseqüências desse tipo de educação, na formação do caráter; desta forma,

Para delimitar os espaços de educação doméstica e de instrução pública se fazia necessário, ainda, a diferenciação dos sistemas de ensino, começando pelo local de atuação. Se a educação doméstica realizada na casa acompanhava esse cotidiano, a instrução pública se propunha a construção de espaços específicos que, considerados neutros, estivessem mais adequados as expectativas do Estado e marcassem, definitivamente, a diferença entre a educação privada realizada na casa e a instrução pública tutelada pelo Estado Imperial (VASCONCELOS, 2007, p. 37).

A criança de forma geral era considerada pela sociedade como um mini adulto como aponta Mary Del Priore (1999), pois, segundo essa autora existia fases delimitadas que estabeleciam o tipo de educação que essas crianças deveriam receber.

É inegável a importância do lugar que a educação ocupava no século XIX. Não pouco se observa a imprensa da época dando destaque a essas questões; e não é de se estranhar que houvesse resistência ou até mesmo influência dessa elite sobre as decisões que o governo tomava como era de praxe famílias com poder para insuflar a política.

A infância foi amplamente estudada a partir do século XIX, segundo Michele Perrot (2009, p. 135). Essa autora se propôs analisar a vida em sua esfera íntima e privada, “a infância é por excelência, uma daquelas zonas limítrofes onde o público e o privado se tocam e se defrontam”. Além de se concentrar disputas de poderes, a infância se tornou uma área de conhecimento e que vai marcar o século XIX através dos ensaios da medicina, do direito e também da psicologia. Surgiram a partir de então preocupações em torno da criança, a forma que devia ser alimentada, tratada e percebida.

No Brasil o jornal *A família* de 23 de maio 1889 salienta essa preocupação com críticas às mães, pois um erro recorrente na primeira educação de meninas e meninos se dava pelo medo nelas alimentadas através de histórias de bruxas, almas do outro mundo, coisas apreciadas pelas amas e criadas. Isso abalava o desenvolvimento das crianças, prejudicando as faculdades mentais. Ao invés disso se fazia útil as idéias envolventes dos contos que instruíam e alegravam os pequenos, pois, estavam acostumadas a imagens grosseiras, castigos e prêmios, deixando impressões ao cérebro delicado da criança.

A preocupação com a criança também não passou despercebida por Rousseau:

Uma criança passa assim seis ou sete anos entre as mãos das mulheres, vítima dos caprichos delas e dos seus e, depois de lhe terem ensinado isso e aquilo, vale dizer, depois de terem enchido sua memória ou de palavras que não pode entender, ou de coisas

que não lhe servem para nada, depois de terem sufocado a natureza pelas paixões que fizeram nascer, colocam este ser factício nas mãos de um preceptor que acaba de desenvolver as sementes artificiais que já encontra completamente formadas, e lhe ensina tudo, exceto a se conhecer, exceto a tirar partido de si mesmo, exceto a saber viver e se tornar feliz. Enfim, quando essa criança, escrava e tirana, cheia de ciência e carente de juízo, igualmente débil de corpo e alma, é jogada no mundo, mostrando sua incapacidade, seu orgulho e todos os seus vícios, isso faz com que deplorem a miséria e a perversidade humanas. É engano; aquele é o homem de nossas fantasias; o da natureza é feito de outra maneira (ROUSSEAU, 204, p. 24).

Ellen G. White¹ (1905) escritora norte-americana do século XIX, em uma das cartas direcionada a educação da criança, aconselha os pais sobre as vantagens de se educar a criança na primeira infância, período mais importante na formação do caráter:

Nunca será demais acentuar a importância da educação ministrada à criança em seus primeiros anos. As lições que a criança aprende durante os primeiros sete anos de vida têm mais que ver com a formação do seu caráter do que tudo que ela aprenda em anos posteriores (WHITE, 1905, p.131).

Em outra passagem explica a educação que as crianças deveriam receber nessa fase de desenvolvimento, destaca a necessidade da constituição física da criança para torná-la apta intelectualmente:

Durante os primeiros seis ou sete anos de vida da criança, deve-se dar atenção especial a seu preparo físico, em vez do intelectual. Depois desse período, se a constituição física for boa, a educação de ambos deve receber atenção. A infância se estende até a idade de seis ou sete anos. Até esse período a criança deve ser deixada como um cordeirinho a andar ao redor da casa e nos jardins, na vivacidade de seu espírito, pulando e saltando, livre de preocupações e dificuldades. Os pais, e especialmente as mães, devem ser os únicos mestres dessas mentes infantis. Não devem ser instruídas em livros. As crianças geralmente são curiosas, ao aprender as coisas da natureza. Farão perguntas relativas às coisas que vêem e ouvem, e os pais devem aproveitar a oportunidade de instruí-las e responder

¹ Gorham, Estado de Maine em 26 de novembro de 1827. Alguns de seus escritos já foram publicados e traduzidos em mais de quarenta idiomas. Nesse estudo fazemos referência aos livros que discorriam sobre a educação da criança.

pacientemente a esses pequenos questionamentos (WHITE, 1905, p. 210).

O jornal maranhense *A Mocidade* já explicava que para haver progresso na instrução da criança era preciso seguir o exemplo dos Estados Unidos onde o desenvolvimento da fala era cedo incentivado pelos pais, pois, eram habituadas a um maior número de palavras e conseqüentemente se economizaria tempo no processo de aprendizagem. Desta forma, se utilizando de ferramentas já conhecidas e desejadas pelas crianças, tudo seria assimilado sem maiores dificuldades. Esse conhecimento poderia ser iniciado antes mesmo de ir à escola.

Como fazer, porém, para que o infante retenha essas palavras e as suas significações? Eis o que nos ensinam os Estados-Unidos, nação em que o desenvolvimento physico é sempre acompanhado do intellectual. Ali servem-se até dois brinquedos infantis como meio de levar as crianças a instrução. Ora lhes dão um pequeno navio de que lhe ensinam o nome segundo o seu aparelho, aparelho de cujas partes também lhes ensinam os nomes, ora lhes offertam num pequeno modelo de locomotiva. Assim vão pouco a pouco iniciando-as na navegação, e nos mysterios do vapor, da electricidade, e de todas as descobertas da sciência, servindo-se para este fim de meios análogos áquelles de que acima falamos. Nas horas de ócio, os pais descem em companhia dos filhos aos seus jardins e vergeis, e fazem-lhes conhecer as denominações das plantas, dando-lhes assim um prévio conheciemto de botânica (A MOCIDADE, 1875, p. 1-2).

Eram raras as palavras usadas para se definir a criança, como explica Mary Del Priore (1999, p. 104), ‘miúdos’, ‘ingênuos’, ‘infantes,’ são termos geralmente usados nas fontes que faziam referência “a vida na América portuguesa”. Esta fase era um momento que marcava a passagem para a vida adulta,

Galeno, citado em manuais de medicina entre os séculos XVI E XVIII era quem melhor definia o que fosse a primeira idade do homem: a ‘puerícia’ tinha a qualidade de ser quente e úmida e durava do nascimento até aos 14 anos. A segunda idade, chamada de adolescência, cuja qualidade era ser “quente e seca”, perdurava dos 14 aos 25 anos. Na lógica de Galeno, o que hoje chamamos infância corresponderia aproximadamente à puerícia. Esta por seu turno dividia-se em três momentos que variavam de acordo com a condição social de pais e filhos. O primeiro ia até o final da amamentação, ou seja, findava por volta dos três ou quatro anos. O segundo, que ia até aos sete anos, crianças cresciam à sombra dos

pais, acompanhando-os nas tarefas do dia a dia (PRIORE, 1999, p. 105).

Passado esse período algumas atividades iniciais eram acrescentadas. Quem tinha o privilégio de estudar no próprio domicílio dispunha da ajuda de preceptores contratados pelos pais. Havia também as poucas opções de se estudar na escola pública, “por meio das escolas régias, criadas na segunda metade do século XVIII, ou ainda aprendiam algum ofício, como aprendizes” (PRIORE, 1999, p. 105). As poucas oportunidades que a população tinha estavam voltadas ao ensino preparatório para o trabalho, por isso era necessária mão de obra qualificada para diversos ofícios:

Desde o início da colonização, as escolas jesuíticas eram poucas e, sobretudo, para poucos. O ensino público só foi instalado, e mesmo assim de forma precária, durante o governo do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, **enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares** (PRIORE, 1999, p. 105, grifo nosso).

“Uma pequena elite”! Esse texto resume os moldes da educação brasileira em seus primórdios. Uma educação para poucos, em que o Estado não oferece e não assegura o acesso a educação das crianças. Para uma pequena parcela da população, aquela que podia pagar pelo privilégio de se ter uma professora particular, a educação de seus filhos era menos trágica. Por outro lado quem não usufruía de nenhuma fortuna eram dependentes das poucas condições de ofertas existentes no Brasil.

Segundo Vasconcelos (2004) era costume da época, as famílias ricas valerem-se da educação doméstica. Não se imagina, porém que famílias pobres tivessem o privilégio de ofertar esse tipo de educação a seus filhos sendo, meio pela qual se educavam crianças de famílias ricas, prática utilizada há bastante tempo por famílias requintadas:

As práticas educativas realizadas intencionalmente nas casas dos aprendizes, antes um privilégio de príncipes e nobres, vão a partir século XVIII, tornando-se populares entre as classes abastadas,

constituídas também, por altos funcionários do governo e por ricos comerciantes que aspiravam para seus filhos uma educação 'esmerada' de acordo com aquilo que, à época, era considerado do estatuto de distinção entre os sujeitos: saber ler e escrever, ter conhecimento de teologia, filosofia, retórica e línguas (VASCONCELOS, 2004, p. 25).

Para Faria Filho a insuficiência e precariedade das fontes excluiu um número significativo de escolas que não tinham ligação com o Estado, pois os dados mostravam que em muitas províncias do Império, havia redes importantes de escolas domésticas, privadas e públicas.

Não podemos considerar que apenas aquelas, ou aqueles, que freqüentavam uma escola fora do ambiente doméstico tinham acesso às primeiras letras. Pelo contrário, temos indícios de que a rede de escolarização doméstica, ou seja, de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas, sobretudo daquela primeira, atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal. Essas escolas, às vezes chamadas de particulares outras vezes de domésticas, ao que tudo indica, superavam em número, até bem avançado o século XIX, aquelas cujos professores mantinham um vínculo direto com o Estado (FARIA FILHO, 2000, p.144-145).

Os espaços eram organizados pelos próprios pais das crianças para que os professores pudessem trabalhar, da mesma forma o pagamento era de incumbência desses responsáveis. Tais espaços foram freqüentados por crianças de famílias abastadas, o que as distinguia das crianças das classes populares.

É essa multiplicidade de modelos de escolarização, aos quais poder-se-ia somar, ainda, os dos colégios masculinos e femininos e o da preceptoria, que vamos encontrar como forma de realização da escola no século XIX. Todos eles, com exceção dos colégios, utilizarão espaços improvisados das casas das famílias, ou dos professores (FARIA FILHO, 2000, p. 145).

Cesar Augusto Castro (CASTRO, 2017) ao se referir à instrução primária enfatiza que por conta da carência de um lugar adequado esta muitas vezes se caracterizava como uma educação doméstica, além do mais, muitos professores cediam suas casas e por quase nada em troca, além do baixo salário que recebiam.

A afirmativa sobre os espaços destinados à educação no Maranhão desde o período colonial e as condições salariais dos professores pôde ser observada no Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão-1826-1900, em sua terceira edição.

É bom saber-se que os capitães-generais eram os diretores dos estudos em sua capitania pela lei de 17 de dez. 1794. Não havia um núcleo, como um liceu, onde as aulas funcionassem juntas e com regularidade. **Cada aula era exercida ou em casa do professor**, com todos os inconvenientes ligados a esse método, ou então em casa paga pelos cofres públicos [...] marcava-se, porém a cada professor o ordenado de réis 150\$000 anuais, pelo que oficiou ainda a Junta Provisória, em 2 de agosto, dizendo ser-lhe impossível com tão diminutivo ordenado achar indivíduos aptos e dignos para a educação da mocidade num país onde as urgências da vida e a carestia dos objetos indispensáveis à mais simples subsistência exigiam muito maiores interesses pelo que propunha o ordenado de 300\$000 réis para os professores da capital e 200\$000 réis para os das vilas (MARQUES, 2008, p. 643, grifo nosso).

Segundo Jerônimo de Viveiros (1937, p.8), ato adicional de 2 de agosto de 1834, atingiu proporções marcantes de descentralização, de forma que as assembleias provinciais foram incumbidas de legislar sobre “a instrução pública e estabelecimentos próprios” para o ensino, porém, esse caso não se aplica as escolas de nível superior, pois,

A partir desse ano de 1834, portanto, é que surgiram as primeiras escolas criadas pelo legislador maranhense, e assembleia provincial, logo na sua primeira sessão de 1835, reunida quando já ocupava a presidência da província o Dr. Antonio Pedro da Costa Ferreira, mais tarde Barão de Pindaré, não descuro o magno problema (VIVEIROS, 1937, p.8).

Apesar das iniciativas legais para a criação de lugares próprios em períodos anteriores, isso não significou que o processo se daria de forma plena, pois, até mesmo na República fora observado casas de instrução alugadas pelo governo como mostra o Regulamento de Instrução Pública de 1893 “Art. 54. O aluguel da casa onde funciona escola pública, o seu expediente, seus livros de escripturação, móveis, artefatos, utensílios, água, etc., correrão, por conta do Estado pela verba fundo escolar” (MARANHÃO, 1893, p. 41).

Segundo Cesar Augusto Castro (2017, p. 99) a instrução estabelecida em virtude do Ato Adicional de 1834, foi um mecanismo de interesse da classe dominante. As recomendações e realizações que tinham a finalidade inaugurar um sistema de ensino nas províncias controlado pelo o Estado para propagação do ensino elementar pautada na moral cristã, foi tão somente uma forma de conservar os ideais dominantes e ainda,

Com relação às primeiras letras, observamos que as propostas educacionais locais centravam-se em políticas (embora desarticuladas) de promoção e difusão do ensino, no intuito de garantir a ordem social, e o desenvolvimento moral, intelectual e político das camadas populares maranhenses. Para tanto, se propagava a urgência de estender-se a instrução elementar a todas as classes, incluindo os menos favorecidos, ainda que se restringisse a um tripé normativo: a educação moral (fundamentada nos rudimentos da fé cristã), os conhecimentos elementares (sustentados nas práticas de ler, escrever e contar) e, a formação profissional (sapateiros, carpinteiros, alfaiates) e outras que ajudassem a formar cidadãos probos e morigerados (CASTRO, 2017, p. 99-100).

A segunda metade do século XIX foi marcada por modificações proeminentes assinaladas por diversas mudanças no âmbito educacional, pois, não cabia mais a nação postergar as necessidades da maioria do povo. Emergia diante disso, discursos que aliassem a idéia de oferta de instrução para todos com a rasa e elementar educação que deveriam receber.

Nesse sentido a educação precisava ser ampliada paulatinamente como afirma Castelo Branco ao destacar o momento luminoso no Maranhão que culminava em uma mudança de competência, diante da responsabilidade do Estado em ofertar a educação, antes preferida pela família.

Sabemos que a educação sempre esteve intrinsecamente relacionada com o contexto social de cada período histórico. No século XIX, período caracterizado por instabilidades políticas e sociais, ainda que a província maranhense entrava em seu momento áureo em termos econômicos, a escola maranhense pode ser assinalada como uma instituição que transitava entre o prosseguimento da atmosfera doméstica e a consagração de um modelo institucional que pretendia substituir a função desempenhada pela família no processo de transmissão de conhecimentos. Dessa forma, a educação que antes era destinada apenas à elite, passa a ser gradativamente ampliada (CASTELO BRANCO, 2014, p. 48).

O projeto de formação nacional brasileiro estava anexado ao entendimento de que, a instrução pública seria facilitadora da hierarquização da sociedade através da formação do sujeito que faria parte do projeto pátrio. Os comportamentos e os modos, a maneira de pensar moderna, deviam servir para assegurar, as idéias, assim como a manutenção do poder do governante. O progresso seria decorrente da expansão da indústria e a educação serviria para compreender as necessidades do Estado que embora excludente, pudesse representá-los. Diante disso não era cabível naquele momento histórico, postergar a escolarização das classes desfavorecidas, já que, o que estava em jogo era a civilidade dos indivíduos,

Apesar de que a elite insistisse nas diferenciações dos conteúdos escolares, no intuito de controle dos sinais de revolta e ambições, além de objetivarem por meio deles ampliar as idéias de progresso, o que pode justificar a ampliação do ensino primário, e posteriormente a sua obrigatoriedade (CASTRO, 2017, p.104).

Muitos intelectuais maranhenses no final do século XIX defendiam a criação de escolas, bem como a ampliação a esse direito as camadas populares, pois, ao Brasil deixar de ser colônia, vislumbrava a república que por sua vez apresentava um novo comportamento universalmente aceito, onde ocorreriam mudanças profundas na economia e na sociedade. Para tanto era necessários dispositivos legais com a finalidade de evitar a decadência da instrução pública primária até 1889, “esses instrumentos não podiam mudar o estágio cultural de uma determinada sociedade, uma vez que as mudanças ocorrem de forma gradual, sendo entendidas mais como continuidade do que como ruptura”. As ações políticas tinham como alvo um novo cidadão que deveria ser formado. Se antes o modo de produção era agrário e a massa estava centrada nessa realidade, se tornava desnecessário a qualificação para outra finalidade (DA SILVA, 2019, p. 152).

Com a intenção de atrair estrangeiros para o Maranhão o *Guia do Imigrante* de 1888 exalta a situação da província antes do advento da república nele se dizia que:

A província do Maranhão é uma das mais ricas do Brasil. Seu solo foi largamente premiado pela natureza [...] A Instrução pública, que se acha muito divulgada na província do Maranhão, tem attingido na sua capital tão elevado gráo de desenvolvimento que a cidade de São

Luís é denominada Athenas Brasileira. A instrução superior é ministrada pelo seminário de S. Antonio em um curso completo de theologia, philosophia e direito canônico. A instrução secundária pelo Lyceu Maranhense (externato) e pelo Seminário de Nossa Senhora das Mercês, (internatos) onde São lecionadas as disciplinas, que as constituem um curso completo de humanidades. A instrução primária por escolas mantidas pelos cofres provinciais e localizadas onde a população é mais densa existem mais de uma cadeira. A instrução technica é dada na capital da província, na casa de educandos Artifices, onde são ministradas conhecimento de todas as artes mecânicas, acompanhadas do ensino theorico necessário a estas applicações. Tanto na capital como no interior da província há estabelecimentos particulares de ensino primário e secundário (GUIA DO IMIGARANTE, 1888, p.8-10).

Sobre essa notável propaganda em favor da província ainda se afirmava e através desta se deixava claro o intuito de tais afirmações. Pode-se notar também como o governo facilitava a vinda dos imigrantes criando núcleos para que pudessem deixá-los seguros. Desapontados pelo fato de que a questão da imigração ainda estivesse bastante atrasada em comparação ao restante do Brasil faziam a seguinte afirmação “a imigração entre nós ainda se acha em notável atraso já é tempo de atrair para a província uma corrente de imigração, que venha trazer novos elementos as indústrias” nesse sentido de todos os lados havia o interesse em fazer parecer na província uma cultura distinta e elevada.

É possível que uma **propaganda tenaz faça cessar o descrédito** que se tenta lançar sobre a salubridade do clima; e deste modo conseguiremos chamar para os estabelecimento industriaes principalmente os habitantes do Sul da Europa, que com facilidade podem se aclimar nas regiões tropicaes principalmente em uma província como esta, onde nunca se desenvolve a febre amarela, o espantinho da imigração (GUIA DO IMIGRANTE, 1888 p.23, grifo nosso).

Observava-se nos jornais, (os mais diversos), o encantamento pela cultura luminosa tal qual a francesa: refinada e desejável. Mas também não deixavam escapar as mazelas dos governantes.

Nunca vos deveis arrepender de evitar esse rumo: a baixa política, que só attende a interessses pessoaes, é de si mui desprezível, para que possa merecer a honra de uma penna primorosamente aparada;

a mais alta, além de perigosa, é inútil [...] Taes são os abomináveis filhos do patronato escandaloso, para quem a honra e virtude, reconhecidas, são odiosas [...] trabalhar indirectamente para fazer cessar taes desordens que, a acção governamental sobre a instrucção popular não seja de trapaceria, que tenda a difficulta-a, e a embrutecer, a pretexto de facilitar, e esclarecer; examinam os compêndios disciplinares na forma, para condemnar os de interesse exclusivo dos especuladores; pugnar por um verdadeiro derramamento de luzes, que opere uma feliz regeneração, dando a governates e governados iguaes conhecimentos dos seus direitos e deveres recíprocos eis a mais nobre missão do redactor! (A MOCIDADE, 1875, p. 1-2).

Partindo desse posicionamento político contida de forma expressiva nos documentos da época, surge a dubiedade quanto a real situação das camadas populares que continuavam sendo um número bem pequeno de ingressantes nas escolas em comparação ao total de pessoas dessa província, que de longe observava as transformações e as propagações de valores de fora.

3 EDUCAÇÃO DOMÉSTICA: CARACTERÍSTICAS E AGENTES.

Mães, Professores, mestres, preceptores; eis os principais agentes da educação no século XIX!

Vasconcelos (2007) elenca essas categorias, que de forma específica tinham funções distintas dependendo das necessidades existentes na época. Vejamos:

Professores particulares ou mestres particulares. Estes visitavam as casas, fazendas, ou seja, não residiam nesses ambientes; Pagos por cada aula que ministravam.

Os preceptores eram mestres que habitavam na casa da família que os contratavam; presentes nas principais famílias, as ditas abastadas, quem melhor podia pagar por seus serviços. “Apesar da nomenclatura e das circunstâncias diferenciadas de educação, todos eram tratados por mestres” (VASCONCELOS, 2007, p. 24-41).

Da mãe dependia a formação do caráter do pequeno ser, e cabe a ela iniciar o processo de educação dos filhos. E nada mais fazia sentido se elas mesmas não buscassem conhecimentos essenciais para essa finalidade:

Pouquíssimo institucionalizado, a educação em seus primeiros passos cabe às mães, inclusive a alfabetização pelo método Jacotot. Elas se dedicam a essa tarefa com um empenho proporcional à valorização do lugar da criança, daí derivando para elas mesmas uma grande vontade de se instruírem (PERROT, 2009, p. 141).

Vasconcelos (2005) enfatiza que a educação doméstica era um meio pelo qual as famílias européias educavam as crianças; muitas vezes as denominações que se davam a esses agentes eram variadas “governantes, tutores, aios, amos”. Sendo esses identificados como preceptores, pois as características permitiam tal conotação, vejamos:

Ao tratar da educação doméstica do mestre no contexto europeu, emerge a preceptoria como estratégia sobre a qual há mais relatos [...] Como uma prática efetiva e reconhecida de educação e instrução na casa de crianças e jovens, bem como uma atividade profissional aceita para homens e mulheres (VASCONCELOS, 2005, p. 154).

Em seu artigo intitulado: *Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX* Vasconcelos (2018, p. 288), explica como as mulheres estrangeiras, destacando-se as francesas, alemãs e inglesas vieram para o Brasil para exercerem o trabalho de preceptoras “nas casas da Corte Imperial, anunciando seus préstimos pelos jornais de grande circulação da época.”

Ina Von Binzer uma preceptora alemã que veio ao Brasil em 1881 permaneceu até 1884 escreveu cartas que acabaram virando livro, sendo publicado em português pela primeira vez em 1956 com o título: *Os Meus Romanos*; relata as alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Detalha os costumes da época e inúmeras críticas são feitas a cultura brasileira. Sobre sua experiência na educação dos filhos de uma família abastada ela escreve:

Esta abençoada família tem doze filhos e sete deles sob meu punho pedagógico. Às sete horas da manhã, começa. Chegam primeiro “as grandes” e tomam aula de alemão. Dona Gabriela, dona Olímpia e dona Emília já têm idade de 19, 21 e 22 anos, o que para os brasileiros é ser quase solteirona. Eu com os meus 22 anos, isso muito me espantou. E estar obrigada a dirigir-me sempre a uma aluna como “Dona” [...] Atravessamos penosamente a aula de alemão, sempre com o auxílio do francês que ainda é o melhor recurso. Sinto-me salva, mas meio esgotada, quando às oito horas chegam os “pequenos”... Fazem tudo o que eu digo, aprendem tudo o que lhes dou a resolver assim mesmo irritam-me inexplicavelmente (BINZER, 1994 p.22-23).

Tabela 1. Cartas escritas por Ina Von Binzer, preceptora alemã.



Fonte: Binzer (1994)

A Intrusa, Romance do século XIX, escrito por Júlia Lopez de Almeida², conta a história de um advogado, Argemiro Cláudio, do Rio de Janeiro homem distinto, descendente de um nobre de Portugal, viúvo de uma mulher filha de barões do Cerro Alegre. Este tinha uma filha, Maria da Glória, onze anos de idade e rudimentos de português e de música que vivia com avós maternos. Esse romance reafirma aspectos importantes da educação no Oitocentos, como por exemplo o fato de crianças das famílias ricas serem instruídas no recinto doméstico, seja pela mãe ou por outros parentes. Segundo ponto; a educação não era apenas moral, tendo em vistas os valores da família, sociedade cristã, mas também “disciplinas”

² Julia Lopes de Almeida (1862-1934). Autora de contos infantis; suas publicações foram utilizadas de maneira intensa no ensino primário na segunda metade do século XIX. Vidal (2004,), detalha mais sobre a autora em seu artigo *Julia Lopes de Almeida e a educação brasileira no fim do século XIX: um estudo sobre o livro escolar Contos infantis*.

organizadas para se evitar que os filhos freqüentassem as escolas. Terceiro, a preceptora como pessoa de confiança para morar, governar tornando-se protetora e mestra dos filhos das elites. E por fim, a imagem que os pais tinham das escolas, estas vistas como lugar prejudicial às crianças das elites.

Em um diálogo com os avós de Maria Glória, o pai o advogado Argemiro, fala sobre a possibilidade colocá-la em uma escola.

[...] Se a puséssemos em um colégio?

Pelos olhos da baronesa passa a sombra de um desgosto e ela disse:

-se quiserem matá-la.

O barão protestou:

- isso nunca. Colégio nem para rapazes. São lugares de perdição. O que temos a fazer é interessá-la pelo estudo.

-mas como?

- há de haver um meio.

...Glória vai tocar tua ultima lição, anda. A professora de música não está descontente (ALMEIDA, 2019, p. 16).

Ao Argemiro insistir em falar do jeito desinteressado da filha, a avó defende-a:

Quero saber se o sacrifício do estudo tem compensação verdadeira, andar atrás de uma pobre criança o dia inteiro, fazendo-a conjugar verbos e compor e recompor orações gramaticais atirando-lhe para dentro da cabeça nomes de letras e complicações matemáticas; curvando-lhe a espinha em cima de mapas e linhas geométricas, cansa-lhe a vista antes do tempo, roubando-lhe a liberdade que não se parece obra de amor nem de cuidado! Eu cá por mim confesso: fujo de sala de estudo quando vejo meu marido chamar a neta para a lição (ALMEIDA, 2019, p.17).

Argemiro tinha em seus planos aproximar-se mais de sua filha, passando mais tempo com ela. Eram comuns, naquele momento histórico, anúncios de mulheres com suas habilidades e prendas de mestre com a finalidade de agradar o leitor, o futuro contratante de seus serviços. Por ser viúvo e não tendo como cuidar

da criança decidiu por um anúncio no jornal a fim de contratar uma jovem senhora que fosse capaz de cuidar da casa e da educação de sua filha; era uma preceptora,

Quantas e quantas vezes lhe pedir que me ajudasse arranjar uma preceptora para Maria e que fosse ao mesmo tempo governanta da minha casa, e a senhora não se quis nunca dar a esse trabalho...

-Que diabos (retrucou a avó) uma mulher arranjada por anúncio, pode lá tomar conta de uma menina que está exatamente na idade delicada da mulher! Deixa a pequena com os velhos e arranja-se uma preceptora inglesa ou alemã. Verás o milagre (ALMEIDA, 2019, p.18).

Aqui se reforça também a preferência das famílias ricas pelas preceptoras estrangeiras, em razão de possuírem cultura mais elevada e enobrecedora, como vimos na experiência de Ina Von Binzer .

Já contratada, Alice a preceptora, cuida de todos os detalhes da casa, da pequena menina Maria Glória deixando o advogado satisfeito.

Trouxera sua cestinha de trabalho e um livro de histórias... Vendo que Maria se impacientava propôs ensinar-lhe um ponto fácil de crochê, com a lã do seu agrado. Maria detestava os trabalhos de agulha, que achava difíceis de compreender. Alice tinha o condão de explicar tudo com tamanha simplicidade e clareza (ALMEIDA, 2019, p.26).

Um dos maiores desejos de Argemiro era que sua filha tivesse a fineza de sua falecida esposa, e via na preceptora Alice um meio pelo qual poderia chegar a esse fim. À Alice não poupava elogios:

Acordes bem harmônicos, vibrados por dedos disciplinados, conscientes. Logo essa mulher educada; desenha, aí está esse lírio; sabe música e escreve com firme caligrafia (ALMEIDA, 2019, p. 34).

O Mulato, obra de Aluísio de Azevedo escrito no século XIX retrata a realidade maranhense marcada pelas diferenças sociais, sobretudo em relação ao preconceito racial. Azevedo se ocupava em vários trabalhos entre eles o de professor de português, função que exercia desde muito novo. Colaborava também para diversos jornais inclusive na capital maranhense. Em um dos trechos da obra,

deixa claro o costume das famílias ricas de São Luís do Maranhão, de contratarem preceptoras para morar nessas residências a fim de ajudarem na educação de seus filhos. Com receio do que as pessoas iriam falar Manuel, viúvo e não tendo ajuda para educar sua filha, desiste do intento e decide convidar a sogra para morar em sua casa.

Manuel, porém, que era já então negociante e tinha o seu armazém na Praia Grande, mudou-se logo com a pequena para o sobrado da Rua da Estrela, em cujas lojas prosperavam, havia dez anos, no comércio de fazendas por atacado. Para não ficar só com a filha que se fazia uma mulher convidou a sogra, D. Maria Bárbara, a abandonar o sítio em que vivia e ir morar com ele e mais a neta. A menina precisava de alguém que a guiasse, que a conduzisse! Um homem nunca podia servir para essas coisas! **E, se fosse a meter em casa uma preceptora** Meu bom Jesus! que não diriam por aí?... No Maranhão falava-se de tudo! D. Maria Bárbara que se decidisse a deixar o mato e fosse de muda para a Rua da Estrela! Não teria que se arrepender... havia de estar como em sua própria casa bom quarto, boa mesa, e plena liberdade (AZEVEDO, 1973, p. 11 grifo nosso).

Conforme vimos no decorrer desse estudo uma das características da preceptora era justamente a disponibilidade de morar com as famílias, muitas vezes como governantas. A educação das meninas e meninos ficava sob o encargo dessas mulheres. Essa obra é bastante significativa para as pesquisas iniciais sobre a prática da educação doméstica no Maranhão, já que esse costume era comum em todo o Brasil do século XIX. No Maranhão as famílias buscavam certo requinte, distinções e padrões das melhores famílias.

O Jornal *A Mocidade* chama a atenção para a instrução dos filhos dessa terra, portanto, era necessária a união dos agentes da educação para se alcançar o fim desejado, sejam eles: governo, pais, mestres ou preceptores.

Para conseguir um fim tão desejado, torna-se necessário o derramamento da instrução e para que essa instrução se derrame é necessário que todos trabalhem para seu incremento. Por isso vos dizemos, ó vós que dirigis a mocidade, governantes, **pais, mestres e preceptores não descureis tão importante tarefa** (A MOCIDADE, 1875, p. 2 grifo nosso).

Segundo Viveiros ao discorrer sobre a instrução pública no Maranhão, após a independência e promulgação da constituição do Império brasileiro, o governador geral tinha a responsabilidade sobre a educação pública primária e secundária. No parágrafo 31 artigo 179 da constituição do Império estava expresso que 'é garantida instrução primária a todos os cidadãos'³ após três anos a lei de 15 de outubro 1827 foi votada. Nela esse princípio estava constitucionalmente assegurado. Diante disso surgem pautas que faziam referência a preparação dos professores da mocidade. A questão do método de ensino como o método mútuo ou Lancaster⁴ se tornara obrigatório no Brasil nesse período. Essa lei continha a determinação da criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares,

Os professores seriam providos vitaliciamente, mediante concurso público, prestado com a presença do presidente da província; o ensino consistiria em leitura, escrita, as quatro operações, quebrados, decimais, proporções, noções de geometria prática, gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e de doutrina cristã e da doutrina católica apostólica romana, devendo ser livros de leitura a Constituição do Império e a História do Brasil; o método quanto possível, seria o mútuo e os castigos praticados por esse método. De um modo geral, não deu os resultados esperados a lei de que nos ocupamos (VIVEIROS, 1937, p. 7).

Desde 1775 a questão do reconhecimento do professor como peça fundamental foi tangencialmente colocada quando o Marquês de Pombal chama atenção para essa prerrogativa ao considerar os jesuítas desnecessários, pondo fim à marcante instituição de educação no Brasil:

Nos 'apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil', Antonio Henriques Leal reportando-se aos **Annalis literatii**, terem tidos os jesuítas no Maranhão quatro colégios: S. José e S. Miguel na Capital, S. João Batista em Vinhais e Conceição de Viagem no Pindaré. Só

³Ficavam fora desse direito os escravos. Apenas em setembro de 1878 o Decreto nº7. 031 artigo 05 permitiria a ida de negros as escolas no município da Côrte para o sexo masculino livres ou libertos a partir de 14 anos no período noturno (BRASIL, 1878).

⁴ Em 1838 duas leis números 76 e 77 votadas na Assembléia em 24 de junho, autorizavam o presidente da província a enviar à França um jovem a fim de aprender esse método com o objetivo de ministrar por três anos no mínimo numa escola normal preparando professores para aptidão do ensino primário (VIVEIROS, 1937, p. 9).

com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, é que o Marques de Pombal, condenado o sistema escolar da Companhia, criou as primeiras escolas na colônia – as chamadas escolas régias – e procurou dignificar a profissão do Magistério, com o decreto de 14 de julho de 1775, que declara os professores régios merecedores de privilégios homenagens em razão da nobreza de seu ofício (VIVEIROS, 1937, p. 4).

Na segunda metade do século XIX, os professores eram controlados no tocante aos procedimentos de ensino, pois, não deveriam ultrapassar as idéias e os dogmas da igreja e do Estado, tendo como principais alvos os professores de ensino primário (CASTRO, 2017).

A respeito da nomeação do professor público para o magistério, se tornavam aptos aqueles com as seguintes características:

Com efeito, o regulamento de 2 de fevereiro de 1855 aborda todos os pontos fracos e defeituosos do ensino público naqueles tempos . Saneava o professorado oficial, quando estabelecia: ‘ Não pode ser nomeado professor público o indivíduo, que tiver sofrido pena de galés, ou condenação judicial por crime de furto, roubo, estelionato, bancarota, rapto, incesto, adultério, ou outro qualquer, que ofenda a moral pública ou a religião do Estado’(art.7). Procurava melhorar o professorado do futuro, criando os adjuntos no curso primário e os repetidores do secundário de vez que as possibilidades financeiras da Província não permitem a fundação de uma Escola Normal para o preparo técnico dos mestres (art.18 e 43) (VIVEIROS, 1937, p. 24).

O papel do historiador é analisar esses vestígios e cruzar as fontes como as mensagens oficiais e as falas dos redatores dos jornais e ainda se utilizar dos romances na medida em que esses nos fornecem instrumentos de análise e compreensão dos costumes de uma sociedade em certo período. Isso trará melhores resultados nas indagações a respeito da educação doméstica em São Luís de Oitocentos.

4 FAMÍLIAS ABASTADAS DE SÃO LUÍS E O INTERESSE PELA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA.

A “nova História” a que se referia Peter Burk (1992, p. 9) conferiu importância a qualquer atividade humana com “novas abordagens”, “novos objetos”, “novos problemas,” (em contraposição ao paradigma tradicional) se utilizam de novas ferramentas que não se limitam a documentos oficiais, pois, nos coloca em espaços passíveis de indagações do passado. Nesse sentido precisamos buscar respostas para nossos questionamentos levando em consideração nosso balizamento ao nos afastarmos no espaço-temporal. Mas existe algo mais no ofício do historiador: a percepção dos fatos silenciados que talvez não interesse tanto as fontes oficiais destacar, mas que existem em vestígios tão fortes que ao mesmo tempo em que se nega a força e o poder que a família exerceu dentro do cenário político, econômico e social, se explicita certa convivência do Estado em manter o poder desta nas tomadas de decisões, pois era preciso perdurar as diferenciações – começando pelos os espaços: educação pública e particular, por exemplo.

O periódico paulista, álbum das meninas de 1898, resume com clareza a representação que se fazia da família:

E’ a família, enfim, com a sua fisionomia, com a sua história acidentada de mil alternativas, mas sempre cheia de lições e de força educadora, nas suas alegrias e nas suas privações partilhadas em comum, sobretudo na luta incessante e áspera para conquistar o pão quotidiano ou a abastança do dia seguinte. Que escola será capaz de suplantar esta? Todas as instituições pedagógicas, ainda as mais aperfeiçoadas, são como artificiais ao pé d’esta instituição natural, e digna de se denominar divina, se no mundo houvesse alguma cousa divina (ÁLBUM DAS MENINAS, 1898, p. 12).

4.1 A Família no contexto do Brasil Imperial.

Michelle Perrot (2009, p.79) refere-se à família como triunfante, segundo ela a Revolução Francesa na sua tentativa de construir um novo homem fracassou por conta da grande resistência das pessoas. “Os costumes se mostraram mais fortes que a lei”.

No Brasil essa idéia estava bastante acertada como descreve essa revista do século XIX:

A experiência nos tem demonstrado que por mais aperfeiçoadas que sejam as leis políticas e administrativas, elas não são suficientes para reformar os costumes, visto que a moral só se cria na família (ALBUM DAS MENINAS, 1898, p. 342).

Segundo a historiadora Elisabeth Abrantes (2012, p. 34) “a historiografia sobre família costuma destacar o grande peso dessa instituição nas relações econômicas, políticas e sociais no Brasil” muito embora apareçam modelos múltiplos de famílias desde o período colonial.

Nesse sentido os estudos referentes ao tema da família no Brasil colonial, leva em consideração a grande importância exercida pela a família na composição da economia colonial, principalmente aquela vinculada ao mundo agrário, pois segundo Sheila Castro Faria,

É pela e para a família, não necessariamente a consangüínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se ou convergem. É a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no *status* e na classificação social. O termo ‘família’ aparece ligado a elementos que extrapolam os limites da consangüinidade –entremeia-se a parentela e a coabitação incluindo relações rituais (FARIA,1998, p.2).

Maria Fernanda Vieira Martins ao estudar sobre a transmigração da família real portuguesa para o Brasil destacou a manutenção do prestígio da família mesmo em meio ao novo momento que o Brasil passava a viver, pois:

Em trajetória ascendente, no que se refere às estruturas de poder, também intensificaram as alianças familiares com tradicionais proprietários de terra e com os detentores de cargos judiciários e administrativos, assim como começava a garantir espaço para seus descendentes (MARTINS, 2014, p.685-7).

Os estudos relacionados ao tema em grande escala, voltou-se para a segunda metade do século XVIII e início do XIX, devido à disponibilidade das fontes primárias. Muitos dos registros dos primeiros séculos da nossa colonização se perderam, alguns devido às condições precárias em que se encontravam, foi o caso da documentação paroquial, que além de sofrerem degradação pelo mau condicionamento tiveram que passar por muitos remanejamentos das dioceses. Foi, sobretudo, no século XX que os estudos sobre a família ganharam vitalidade pelos quais se destacaram as metodologias da demografia histórica. Nesse sentido apareceram as contribuições de dois estudiosos do tema, Oliveira Viana com *Populações Meridionais* e Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. “Os dois autores estavam pensando o processo da formação da nação do Brasil”. Nesse sentido adotaram o modelo patriarcal de família brasileira (SCOTT, 2009, p.13-29).

Se antes o estudo sobre a família era voltado para organização doméstica, passa então a relações da família nuclear como “um grupo de parentesco mais vasto”. Ou seja, primeiramente estes estudos foram direcionados a partir do modelo patriarcal como antagônico a história da família e por seguinte os estudos voltados para a revisão desses conceitos. Desta forma a família foi considerada civilizadora, pois ao tentar condicionar outras formas desorganizadas de família sendo elas apenas complemento da família patriarcal, acabou ocupando os campos de entendimento da sociedade brasileira resultando disso inúmeros trabalhos acadêmicos (TERUYA, 2002, p.1).

Nesse sentido as matrizes conceituais sobre o tema podem ser encontradas nos trabalhos de autores do século XX como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Antonio Candido, sendo este último um dos que mais se aprofundou sobre tema como afirma Mariza Correa,

Se Gilberto Freyre restringe-se a ‘formação’ da família brasileira, Antonio Candido leva seu modelo ate as últimas conseqüências. A ênfase que pode ser lida no título do seu artigo (a família brasileira) é explicitamente recolocada no corpo da discussão, quando o autor afirma que este é o tipo de família que existiu no Brasil do século 16 ao 19, tipo onde, através de gradual separação, deriva-se toda a formação social do País. A sociedade colonial nestes 300 anos esteve composta de duas partes: uma familiar (a família patriarcal) e outra não familiar, que reunia a maioria da população, a ‘massa anônima dos socialmente degradados’ (CORREA, 1992, p.3).

Na análise desses autores a família patriarcal rural do século XIX e extensa quando transplantada para o ambiente urbano no século XX, passa a ser nuclear. A família patriarcal era percebida como sendo um,

Extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos: todos abrigados sobre o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político (TERUYA, 2002, p. 3).

Ellis Jr., chama atenção para as especificidades existentes em cada região, como estudioso da ocupação do território paulista. Segundo ele a forma como se desenvolveu a família colonial no Nordeste, em regime de grande propriedade nada se assemelha com a forma estudada em São Paulo no século XVII onde se tem um caráter semi-urbano da população, pois a pequena distância entre uma e outra fazendinha fazia com que o contato entre os indivíduos fossem ainda maior (ELLIS JR., 1936).

No Maranhão colonial as redes familiares também nos indicam a importância que estas famílias tinham na tomada de decisões (MOTA, 2012,) Elisabeth Abrantes ao falar dessa província explica a ascensão daqueles que estavam diretamente envolvidos com o comércio:

No Maranhão, o grupo dos comerciantes se fortaleceu no final do século XVIII, com a instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, criada em 1755 para promover os incentivos ao desenvolvimento da agricultura na região, através do fornecimento de africanos escravizados, sementes para o cultivo do algodão e arroz (ABRANTES, 2012, p. 42).

O sociólogo José Rossini Campos Corrêa no seu livro *A Formação Social do Maranhão*, traçando o perfil da sociedade maranhense em seus primórdios, ressalta a preocupação dessa elite maranhense em manter a diferença, mergulhados no orgulho e na distinção que a separava dos demais moradores. Esse poderio econômico que os fazia parecer superiores levou essa elite a gastar com a

educação de seus filhos no exterior, a exemplo Coimbra um dos destinos prediletos dessas famílias,

O senhoriato rural e urbano do Maranhão, desde o século XVIII, transportava para a Europa os sucessores escolhidos para desfrutarem do privilégio da educação universitária. A desagregação brasileira do Império Colonial português não representou um colapso no roteiro intelectual: a educação européia permaneceu como uma recorrência inalterada, contagiando o conjunto da sociedade dominante maranhense, na qual os portugueses conservaram o significado econômico e a hegemonia administrativa, consoante exemplifica a biografia do riquíssimo e poderosíssimo Comendador Meireles. Não obstante o reinado provinciano do absolutíssimo, a prosperidade de agricultores e de comerciantes processou-se: trôpega e real. Muitos dos lavradores e agricultores sustentavam o absolutismo, em um sistema no qual o comércio financiava e subordinava a agricultura, cumprindo papel de setor de intermediação financeira e fechando o circuito do sistema agroexportador. De todos, os poderosos, quer do comércio quer da agricultura, prosseguiram remetendo os estudantes, em particular, para Coimbra (CORRÊA, 2017, p. 122).

O jornal crítico e literário de São Luís *A Escola* reservou espaço para criticar o costume dos pais de família de mandarem seus filhos para Europa tão precocemente:

Infelizmente a vaidade e a aristocracia mal entendidas continuam entranhadas nos pais de família, especialmente nesta terra que se chama Athenas Brasileira. Um menino mal sabe compreender um dos mais sagrados deveres do coração o amor filial mal sabe conhecer algumas letras do alfabeto português, seu pai, embriagado pela vaidade, separando-o da família, mandando-o estudar na Europa só porque dispõe de alguma fortuna (A ESCOLA, 1870, p. 17).

A segunda metade do século XIX foi marcada por discursos referentes à educação segundo o espírito das luzes, que universalmente era uma tendência o triunfo da literatura. Em o *Guia do Imigrante*, carta tipográfica da província do Maranhão de 1888 destacava que, “a literatura brasileira, enriquecida por vários maranhenses, notáveis atesta a aptidão dos filhos desta província para as belas letras” (MARANHÃO, 1888, p.10).

Sobre esse cenário de efervescência cultural Castelo Branco (2014, p.42) ratifica:

Chamamos atenção, ainda, para a questão do surgimento de intelectuais maranhenses que atuaram no século XIX, cuja safra foi notavelmente excepcional. São constantemente citados: Odorico Mendes, Sotero dos Reis e Frei Custodio Serrão, no domínio da cultura clássica; Gonçalves Dias, Raimundo Corrêa, Sousândrade, Corrêa de Araújo e Viriato Corrêa, na poesia; Alúcio Azevedo, Coelho Neto e Graça Aranha, no romance; Arthur Azevedo, no teatro; Candido Mendes, Henrique Leal e César Marques, na história e geografia; João Lisboa e José Candido de Moraes e Silva, no jornalismo; e Raimundo Teixeira Mendes e Nina Rodrigues, nas ciências. Esses ilustres, entre outros, foram os responsáveis pelo título que tornou a cidade conhecida como Atenas Maranhense.

Segundo Ananias Alves Martins (2005, p. 3) a falta de escolas adequadas para a formação dos filhos dessa elite, fez com que esses fossem enviados para Europa para terminarem seus estudos. “Ao retornarem formaram grêmios eruditos locais, sendo responsáveis pela expansão de valores europeus em São Luís”.

Uma sociedade que buscava aparentar certo requinte. Tentava-se seguir sempre as novidades de fora, pois:

As modas transplantadas pela nobreza da corte do Rio de Janeiro foram absorvidas no Maranhão e apresentadas na Província como grandes novidades, reproduzidas pelos privilégios da terra de costumeira convivência nos círculos do Rei. Antes de modas, como as dos bailes elegantes se tornarem comuns, após a primeira metade do século XIX, as famílias proprietárias ficavam, em regra, confinadas às suas residências, poucos iam às ruas, pois tinham serviçais para todos os afazeres. Suas grandes solenidades públicas eram casamentos, batizados, funerais e as festas de santos católicos (MARTINS, 2005, p.3).

Com a florescência intelectual no Maranhão algumas mudanças começaram a se efetivar na sociedade local, desta forma:

De qualquer maneira, em contraste flagrante com os séculos coloniais, da estagnação empírica, o Maranhão passaria à florescência intelectual. O muito tempo disponível começou a não ser ocupado apenas com dama, gamão e baralho. O livro, matéria estranha, foi tornando-se de circulação freqüente, nos círculos privilegiados. O aprendizado da leitura, restrito ao sexo masculino, foi estimulado ao sexo feminino, às escondidas, pela senhora de escravos, Ana Joaquina Jansen Pereira. **Os professores, que lecionavam a particulares, foram conquistando escolas oficiais para o exercício do seu quê-fazer.** A educação, exigente de tempo

e de disponibilidade, ofereceu-se, noturna, aos trabalhadores. Era, portanto, toda uma corrente iluminista, motivando os privilegiados ao esclarecimento: e, quando inevitável, também os não-privilegiados, como resultante do ideário das correntes esclarecidas em difusão no mundo, as quais chegaram a Portugal na Era Pombalina, com o pedagogo Luís António Verney (CORREA, p. 124, grifo nosso).

O costume de enviar os filhos para estudarem na Europa se tornou uma das alternativas das famílias afortunadas de São Luís, estas dispunham de outro recurso: a educação doméstica que se fortificou no Brasil do século XIX, mas que já era uma prática bastante utilizada em outros países da Europa.

Essa família, mais do que nunca, pretende ser o horizonte, o casulo e a tutora de sua progênie e faz da educação em face do Estado laico, um assunto privado. É a isso que o ensino 'livre' deve em parte seu êxito (PERROT, 2009, p.151).

As mudanças ocorridas nos costumes das famílias sobre a educação pretendida as suas crianças foram sendo feitas de forma gradativa. O processo não significou que no Brasil a idéia de se inserir pessoas distintas nos mesmos ambientes que a maioria da população tenha se tornado amplamente aceitável; das casas das famílias para as escolas particulares, que se tornariam comuns em São Luís.

Ora, começa a ficar claro que com o decorrer do século XIX, a presença do ensino privado é mais notória. Tanto que os relatórios da segunda metade dos Oitocentos contêm, cada vez mais, dados mais freqüentes e precisos quanto a este elemento da instituição do ensino escolar. Parece que, historicamente, vai-se reforçando e revigorando o impulso criador de instituições privadas (CASTELO BRANCO, 2014, p. 73).

4.2 A questão educacional no século XIX no discurso da imprensa.

Segundo Gouvêa (2007) havia por parte das autoridades da época a consciência quanto à falta de interesse dos pais com relação à educação de seus filhos em razão do não envio das crianças as escolas do governo.

Uma afirmação reiterada nos discursos dos dirigentes e dos delegados e inspetores de ensino do período atribuía ao desinteresse e ignorância dos pais (entre outros fatores) a precariedade do funcionamento das escolas, ao não investirem na instrução dos filhos. Tal afirmação, muitas vezes reproduzida nas investigações sobre a educação imperial, remete à importância da análise da relação família-escola, na compreensão do processo de escolarização da infância no decorrer do século XIX. No estudo desta relação, cabe inicialmente definir que família é fruto de análise. Da mesma forma que a infância não pode ser tomada no singular, mas considerada no interior de grupos sócio-raciais distintos, as famílias, ao longo do século XIX, tinham composição e ordenamento diferenciado, tendo em vista também identidades sócio-raciais diversas. No projeto de escolarização que se desenvolve ao longo do século XIX, não apenas desenham-se processos de escolarização diferenciados da infância, como também nos discursos sobre as famílias e as estratégias de adesão dos grupos familiares à forma escolar, já que os governos provinciais tinham em vista famílias diferenciadas (GOUVEIA, 2007, p.135).

Nesse sentido fica claro a importância de não se separar as questões referentes à análise da família no contexto educacional brasileiro ao se tratar da educação doméstica, quando na verdade essas questões estão em constante confronto.

O território das famílias de elite é um limite arriscado, sagrado onde envolve questões mais profundas, que marcam a diferenças entre os ricos e a massa. Para essa última a educação que lhes era possível ter acesso seria a mais rasa, pois, era preciso perdurar a distinção entre as classes.

No Brasil do Oitocentos era comum, trechos nos jornais que chamasse à atenção para a falta de credibilidade das instituições oficiais de instrução criadas pelo governo como mostra o jornal maranhense *A Mocidade* de 1875. Segundo esse jornal o governo não se preocupava de fato com a instrução como era freqüentemente reiterado nos discursos oficiais da época:

Ainda há pouco esforçavam-se os estudantes de preparatórios para prestar em fevereiro os seus exames de Ciências. Estávamos já em fins de outubro quando uma coisa a que alguém chamou de decreto ou aviso, mas a que nós chamaremos balburdia, vem causar geral surpresa em razão de dispor que exames tivessem lugar em novembro e não dahi a três meses, conforme lei anterior havia decretado! E que se pode dizer de um governo em que em lugar de facilitar os estudos é o primeiro a dificultá-los? Que confiança pode-

se depositar nos direitos adquiridos por leis anteriores? Por que não toma o governo essas medidas com tempo bastante para prevenirem-se os estudantes? **Concluimos: ou o governo não quer a instrução, e nesse propósito pratica actos dessa ordem, ou o governo descarta completamente aquilo que deveria ser sua primeira tarefa.** Em que qualquer dos casos um governo que assim procede não merece confiança, e perante o tribunal do bom senso os estudantes reprovados em consequência da falta de tempo para se prepararem para os exames, podem lançar também uma reprovação sobre um acto que não parece emanado de intelligencias cultas, mas sim de rudes espíritos (A MOCIDADE, 1875, p.1, grifo nosso).

Os estudos referentes à educação doméstica no Brasil mostram que esta foi uma prática durável, pois as fontes indicam que até o começo do século XX esse costume ainda vigorava nas casas das famílias ricas do Brasil como aponta Vasconcelos:

No Brasil, até o início do século XX, a educação doméstica era uma prática comum nas elites, constatadas nos documentos pesquisados, não só para a formação elementar, ou seja, para o ensino de leitura, escrita e contas, mas também para o ensino dos conhecimentos, que eram considerados fundamentais à época, e para a continuidade da formação de jovens, principalmente as meninas que elaboravam ou aprimoravam sua educação na casa. Os meninos, por sua vez, na maioria das vezes, iniciavam sua educação no âmbito doméstico e, posteriormente, eram encaminhados para uma das instituições escolares existentes: particulares, religiosas ou oficiais, onde concluíram a formação secundária. Havia, entretanto, como demonstram as fontes, a possibilidade do inverso, principalmente **no caso das meninas, que, após a conclusão da formação elementar em uma instituição escolar, completavam sua educação em casa, através das diferentes formas de educação doméstica** (VASCONCELOS, 2005, p. 41, grifo nosso).

A revista literária e educativa *Álbum das meninas*, dedicada às jovens brasileiras de 1889, ao discorrer sobre a educação da mulher chama à atenção para o fato que embora a mulher estivesse vivendo no ultimo quartel do século XIX a educação desta era por certo para a alegria dos patriotas, deficiente e mal orientada.

De fato na prática, pouca importância era dada a educação das meninas, pois, o nível de ensino das mulheres era pouco elevado. Os mestres se queixavam que até mesmo nos colégios freqüentados por meninas de famílias ricas, estas eram retiradas das escolas justamente na idade de seu desenvolvimento, deixando o aprendizado deficiente. Isso corrobora com a idéia de que não se precisava mais do que isso para a mulher daquela sociedade. Segunda essa revista havia dados

significativos a esse respeito, pois segundo estes, em 1885 no total de seis milhões de senhoras, cinco milhões trezentos e vinte cinco mil eram analfabetas.

Havia o interesse de desenvolver as faculdades mentais com o intuito tão somente de ocupar dignamente as mulheres a sua missão na sociedade de serem boas filhas, esposas e mães. Discorriam sobre a idéia de que quanto mais dedicada fosse à mãe, mais forte e mais completo seria depois o homem.

Abrantes (2012, p.256) ao discorrer sobre a educação feminina reitera que “até o advento da República, as mulheres compunham o maior contingente da população analfabeta do país, pois, além de não terem a mesma oferta, ainda eram impedidas de freqüentar aulas noturnas”.

Os jornais não poupavam críticas à lamentável realidade da mulher perante a educação que estava destinada a receber, pelo simples fato de ter nascido neste sexo, como mostra esse trecho do jornal.

No colégio aprende apenas algumas línguas estrangeiras quase sempre ignorando a sua própria, alguns trechos ruidosos no piano, algumas noções de desenho, e todos os trabalhos de agulha mais em voga, ficando com isto os pais plenamente satisfeitos, como se a mulher não tivesse outro destino no mundo senão brilhar e reinar, sem lembrar das tristes vicissitudes de que é tão cheia a vida humana. Essa espécie de educação quase no geral é partilha da rica e da pobre, com diferenças, porém que a primeira há mais esmero quanto a parte artística inoculando-se-lhe ao mesmo tempo uma grande dose de vaidade e de desprezo ao próximo, de modo, que recostada nos coxins aveludados da sua carruagem, julga-se um ente superior à espécie humana que vegeta em torno dela (ÁLBUM DAS MENINAS, 1899, p. 40).

No Regulamento da Instrução Pública do Maranhão de 1893, apesar das disposições das disciplinas para o ensino elementar nas escolas do sexo masculino, feminino e mistas, para as meninas havia ainda o ensino de costura e bordado: “Nas escolas do sexo feminino e nas mistas haverá além dos objetos supra mencionados, agulhas, lã, linha, tesouras e o mais necessário para o trabalho de bordados e de costura” (MARANHÃO, 1893, p. 41-42).

Muito se discutia a questão da educação feminina, pois havia um receio quanto à oferta de uma educação mais esmerada a mulher. O jornal maranhense *A Sentinela* de 1855 chama a atenção para a falta de cultura intelectual das meninas, pois, estas se ocupavam de conversas sobre moda, cosméticos entre outras coisas fúteis:

Se ellas tivessem mais ou menos fundo de cabedal scientifico, de certo deixariam estas habilidades ridículas e tratariam da litteratura, da música, de pinturas. Porém sendo privadas dos conhecimentos, porque infelizmente entre nós o bello sexo não recebe a educação que lhes é devida. (a não ser a aprendisagem do piano) sabe um poquito de Francez, como nas reuniões não apparecerão discussões , como as que acima havemos dito? Assim não são ellas crimosas, sim aqueles que por um mal entendido princípio não lhes dão a verdadeira educação, como que no futuro poderão ser optimas matronas, e respeitáveis mãis de família (A SENTINELA, 1855, p.70).

Elizabeth Sousa Abrantes ao estudar a educação feminina em São Luís na segunda metade do século XIX chama atenção para o fato de não ter havido mudanças significativas sobre o papel mulher na sociedade desta forma,

Os discursos em favor de mais instrução para as mulheres, assim como uma maior oferta de estabelecimento de ensino e ampliação do nível de escolaridade, geralmente nas escolas particulares, não representavam mudanças estruturais nas concepções vigentes sobre o ideário feminino e seu papel na sociedade, antes visavam a manutenção de ordem social vigente e o reforço dos tradicionais papéis femininos de filha, esposa e mãe (ABRANTES, 2012, p. 29).

O número de alunas nas escolas públicas e particulares ainda era baixo em consideração ao número de meninos devidamente matriculados, mesmo no ensino primário quando o contagem de matrículas é superior ao ensino secundário o acesso feminino a essas escolas são bastante inferiores como podemos observar no quadro comparativo no movimento de aulas ocorridas no Maranhão de 1857 até 1870.

Tabela 2 - quadro de alunos matriculados entre 1857 e 1870.

Ensino Primário					
Anos	Mascu.	Feme.	Total	Ensi. Secun.	Total
1857	1.849	347	2.196	213	2.409
1858	1.970	387	2.357	176	2.633
1859	2.115	433	2.548	200	2.748
1860	2.185	432	2.617	171	2.788
1861	2.184	457	2.641	194	2.835
1862	2.443	545	2.988	150	3.138
1863	2.451	636	3.084	145	3.232
1864	2.214	705	2.919	160	3.079
1865	2.498	730	3.228	218	3.446
1866	2.662	870	3.532	167	3.699
1867	3.029	983	4.012	239	4.251
1868	3.241	995	4.236	275	4.511
1869	3.339	1.038	4.377	230	4.607
1870	3.739	1.349	5.088	585	5.673

Fonte: Marques (2008, p. 664)

Não foi possível fazer a separação alunos de Escolas públicas das particulares segundo Cesar Augusto Marques (2008, p.644) “por falta de esclarecimento e já por notável incúria de alguns inspetores, que parece bem pouco cuidar deste importante ramo do serviço público”.

No final desse período até a república, embora o número de alunos nas instituições tenha sido significativo em comparação aos anos anteriores, ainda assim as meninas continuaram sendo a minoria nesses estabelecimentos de ensino. De 1871 até 1889 o número de alunos do sexo masculino matriculados chegou a 64.440 contra 24.736 do sexo feminino (MARQUES, 2008).

O jornal *A Marmota Maranhense* de 1851 (p.1) reservou espaço para tratar da educação das meninas, pois, as mães direcionavam a educação das filhas de modo errôneo e que antes mesmo que estas fossem devidamente instruídas as mães das classes altas incentivavam as filhas ao casamento, crescendo assim e chegando a idade de namorar, “quando não sabe nem benzer-se já conhece a arte de servir dos olhos para dizer, eu te amo! Está persuadida que o namorar é coisa boa”. O casamento era algo incentivado como destino certo para muitas meninas; arrumar um bom partido era o objetivo de muitas delas.

A menina, que ainda nada estudou que apenas principia a entrar na vida, sabe já namorar, piscar um olho e abrir outro, e dar pitadas aos circunstantes, que aplaudem-no, e dão parabéns á mãe por ter uma filha tão esperta e engraçada [...] Ora é preciso notar, e acontece quasi sempre, que os que presenciam estas graças, sahem d’ali criticando; mas manda a etiqueta, requer a civilidade, que se louve a menina porque a mãe está presente [...] Dança, canta, e toca conhece os segredos dos toucadores, e **ouve todos os dias a sua mãe a lhe dizer ser preciso agradecer para casar**, tudo mais ignora, e se a levam á igreja, é somente para que a vejam (A MARMOTA MARANHENSE, 1851, p.1 grifo nosso).

O incentivo ao casamento, ao invés do investimento na educação feminina também foi uma realidade da família européia do Século XIX:

As mães têm uma responsabilidade muito maior em relação ás filhas, que lhes são abandonadas pelo Estado (demora na escolarização feminina) e confiadas à Igreja, assim se instaurando uma sutil divisão entre o corpo e a alma, pelo menos a partir da adolescência: M.-F. Lévy moutrou-se claramente em *De merés em filles* [De mães para filhas]. A mãe faz a iniciação no mundo, e o confessor na moral e em Deus. Não há nenhuma dúvida de que, aqui, a intenção é forjar uma linha de continuidade fundada sobre o papel conservador e evocador das mulheres. Cabe às mães uma árdua missão: casar as filhas. *As mulheres dos outros*, de Zola, apresenta o espetáculo neurótico – e que, a julgar pelas correspondências da época, dificilmente contém

algun exagero – da atividade angustiada a que elas se entregam para se desincumbir de tal tarefa: bailes e recepções, lições de piano e bordado, com essa finalidade exclusiva (PERROT, 2009, p.143).

Abrantes ao se referir ao declínio das práticas do dote⁵ e as transformações ocorrida na sociedade na segunda metade do século XIX até o início do XX, explica que,

As estratégias das famílias pertencentes às camadas sociais médias e altas foi de investir mais em capital humano, na instrução dos seus filhos, direcionando-os às carreiras liberais como um meio de garanti-lhes um futuro, enquanto o futuro das filhas ainda dependia do casamento ou da caridade dos irmãos ou parentes, caso não encontrassem um marido que as sustentasse (ABRANTES, 2012, p. 116).

Embora por toda a parte a questão da instrução da mulher estivesse sendo discutida esta era bastante superficial em relação aquela direcionada aos homens. Nos jornais da época afirmações como esta atestava a superficialidade da educação feminina ao longo do século XIX:

Entretanto ninguém deixará de convir, que em relação á sua instrução manifesta-se um movimento progressivo, e que existe tal ou qual **empenho em instruir, porém bem superficialmente**; quando da educação parte inseparável da instrução, nem no lar doméstico, nem nos estabelecimentos apropriados ao ensino, quase ninguém d'ella cuida (ALBUM DAS MENINAS, 1899, p. 304, grifo nosso).

Nas preleções da época, havia a alegação de que a presença de mulheres nas instituições de ensino pudesse causar prejuízos irreversíveis para as meninas de família distintas. Com a explicação de que o distanciamento desses ambientes fosse um meio de proteção contra as perdições desse mundo. Muitos pais de família optavam por mantê-las longe das escolas.

⁵ Os bens do dote serviam de amparo feminino assim como tornava viável o vínculo mediante união conjugal. Essa prática entrou em declínio no decorrer do século XIX, e foi se dissipando no decurso do século XX.

A ideia de que a educação da mulher deve consistir exclusivamente na aquisição de prendas agradáveis, afim de que ela possa brilhar e reinar na sociedade, é um erro que começa a dissipar-se, mas que está ainda longe de ser condenado. A maior parte dos pais têm receio de dar às suas filhas uma instrução mais ampla, julgando que o esmerado desenvolvimento das faculdades seja um incentivo para desviá-las do dever (ÁLBUM DAS MENINAS 1899, p. 342).

Outro periódico que reforça esse pensamento é o jornal *A Família*, dedicado à mãe de família. Nele fica claro o medo de muitas mães de verem suas filhas caírem na perdição.

A mãe que estabelece sua filha n'um colégio deve sem receio de errar, ter mais de um motivo de temor e cuidado quando pensa n'essa aglomeração de gênios imperfeitos', de exemplos malignos e de perigosas insinuações, cuja impressão se mistura, por assim dizer, com o ar que respiram as meninas n'aquela estabelecimento, onde forçoso é confessa-lo, os espíritos vulgares, falsos e obstinados, as almas acanhadas e pouco superiores, são sempre em número muito elevados (*A FAMÍLIA* , 1889, p.2).

Por medo, os pais de famílias da mais alta sociedade, dificultavam o acesso das crianças nos ambientes escolares. Esse costume também fora observado por Perrot (2009) ao falar da vida privada no século XIX, a educação preferida pela família européia,

O sonho da educação em casa, sob o olhar do pai e da mãe, com preceptores e professoras, de preferência inglesas- as *misses*-, continua a ser alimentado por muitas famílias apaixonadas pela aristocracia ou pelo rousseunismo e que temem os contatos vulgares e perversos (PERROT, 2009, p. 150).

Para Faria Filho (2000, p. 146) alguns fatores importantes de reflexão repercutiram na época, pois em vista dos debates e das discussões acerca da importância da instrução escolar vai se construindo a ideia da construção de lugares específicos para a escola como algo imprescindível, eficaz, para o ensino, assim como já demonstrava os espaços organizados pelas famílias e a igreja.

Em segundo lugar outra perspectiva surgia seguindo os discursos pedagógicos em voga no século XIX, essa linha pensamento argumentava sobre a necessidade de espaços organizados, pelos quais se cumprissem a função social, já

que para os “defensores do método mútuo⁶” a construção de espaços adequados era fundamental para ordem escolar, com recursos que fossem essenciais para aparência do estabelecimento. A falta de espaço era visto como problema de administração:

À medida que as instituições escolares, isoladas e distantes uma das outras, acabavam não sendo fiscalizadas, não ofereciam indicadores confiáveis do desenvolvimento do ensino e, além do mais, consumiam parte significativa das verbas com pagamento do aluguel da casa, da escola e do professor. Assim, os professores não eram controlados, os dados estatísticos eram fraudados, os professores misturavam suas atividades profissionais e, enfim, as escolas não funcionavam em boa parte das vezes (FARIA FILHO, 2000, p.147).

Juarez José Tuchinski dos anjos (2015) explica que existia um grande embate entre a escola e a família, assim como os discursos desfavoráveis em torno da função educativa desta, batalha essa que se via longe de terminar.

De forma progressiva no decorrer do século XIX a educação escolar apresenta-se como uma luta do governo contra a casa.

No Brasil, a educação escolar, ao longo do século XIX, vai, progressivamente, assumindo as características de uma luta do governo do Estado contra o governo da casa. Nesses termos, simbolicamente, afastara a escola do recinto doméstico, significava afastá-la, das tradições culturais e políticas a partir das quais o espaço doméstico organizava-se e dava a ver (FARIAS FILHO, 2000, p. 146).

Conforme aponta Gouveia (GOUVEIA, 2007 p. 135) segundo as Leis de obrigatoriedade do ensino era responsabilidade das famílias a educação de seus filhos, enviando essas crianças à escola, passível de multa a inobservância do regulamento; salvo “a oferta da educação pelos responsáveis, através da educação doméstica”. Tendo isso em vista era recorrente as famílias das classes abastadas desistirem de mandar seus filhos a escola pública, pois, “a escola elementar

⁶ Método mútuo ou Lancaster, bastante difundido em diversos países implementado no Brasil na primeira metade do século XIX. Mendonça (2015) detalha mais especificamente os métodos escolares utilizados na época, porém, tocaremos tangencialmente nessa questão no último capítulo.

competia com outros agentes e espaços na formação da criança como colégios particulares e o recurso a tutores pagos".

Na província do Maranhão, em 1849 um decreto da Lei nº 267 de 17 de dezembro determinava:

Que os pais de família ou aqueles que suas vezes fizerem, residindo a certas distâncias das Escolas Públicas de Primeiras Letras, sejam obrigados, sob penas pecuniárias, mais ou menos fortes, a mandar a elas os meninos confiados a seus cuidados, **salvo provarem que lhes dão o ensino em Escolas ou casas particulares** (FALA Herculano Ferreira Penna, 1849, p.3 apud CABRAL, 1893, p. 42, grifo nosso).

Segundo Cabral (1984, p.45) “nas últimas décadas do império, as realizações educacionais escassearam” as únicas novidades no campo educacional ficaram por conta da determinação da liberdade do ensino, que pôde então ser concretizada com a reforma de 1874. A lei de obrigatoriedade de ensino primário também foi nesse contexto reafirmada.

A questão da obrigatoriedade do ensino era um assunto bastante discutido, sobretudo na segunda metade do século XIX. Sobre o ensino primário obrigatório a multa só não seria aplicada sob garantia da prática de educação doméstica, ou enviando os filhos a escola; fosse ela particular ou pública, segundo o Regulamento da Instrução Pública do Maranhão de 1874:

O ensino primário é obrigatório. Os pais, tutores, curadores, protetores, que tiverem sob seu poder meninos maiores de 7 anos, sem impedimento físico e não lhes derem ensino **primário, em casa, escola pública ou particular**, incorrerão na multa de dez a trinta mil reis, que será repetida de seis em seis meses, se continuar a falta de cumprimento dessa obrigação (MARANHÃO, 1874, apud CASTRO, 2017, p. 106 grifo nosso).

Em *Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão* de Jerônimo de Viveiros destaca-se a fala do conselheiro Gomes de Castro sobre a liberdade do ensino, pois não era conveniente a vigilância do poder

público sobre assuntos tão delicados que impedissem os pais de escolherem onde seus filhos deveriam estudar.

Sobre esta dizia o conselheiro Gomes de Castro em 1870: parece-me de uma importância decretar-se a liberdade do ensino. A licença atualmente exigida para a abertura de escolas e colégios é um embaraço inútil a instrução e a liberdade. Fique com os pais a inteira responsabilidade na escolha dos mestres; o seu próprio interesse é um guia muito mais seguro e esclarecido em tão delicado assunto, que a vigilância do poder por mais ativa que procure ser. Abra escola quem quiser; a afluência de alunos será na razão da aptidão e moralidade do mestre; o poder não terá responsabilidade alguma nos males de uma escolha infeliz, e a ação benéfica da liberdade evitará fraude (VIVEIROS, 1937, p. 43).

O presidente Gomes de Castro em uma de suas falas no Maranhão em 1871 nos indica a influência que a família exercia sobre as decisões referentes ao direito de educar devidamente os filhos.

A educação incube a família e o poder público, por mais solícito que seja não pode substituí-la convenientemente em tão árdua e importante missão. Limite-se, pois, a ministrar a mocidade mestres moralizados e hábeis, e deixe aos pais, a responsabilidade e a glória de educar os seus filhos. (MENSAGEM, 1871, p. 48-51 apud CABRAL, 1984, p.35).

O relatório de José Francisco de Viveiros de 1874 também discorre sobre a liberdade do ensino:

Nada mais salutar do que quem souber ensinar que ensine **quem quiser aprender que procure o seu melhor preceptor**. O governo dê a instrução pública a quem é obrigado, mas aprenda cada um onde quiser e com quem julgar apto. O corretivo do mau professor está no abandono dos discípulos (RELATÓRIO, 1874 p. 25, apud CABRAL1984, p. 34, grifo nosso).

5 CONCLUSÃO

Os estudos sobre práticas educacionais das famílias abastadas possibilitam perceber relações delimitadoras intrínsecas nas relações sociais dos indivíduos, que por encontrarem brechas legais nos documentos oficiais, continuaram até onde lhes foi possível com as práticas e costumes dos distintos pais de família, como eram freqüentemente citados na época. Este estudo nos permitiu revisitar esses discursos (dos jornais, documentos oficiais do governo...) bem como conhecer mais especificamente a educação que se pretendia aos filhos das elites de São Luís.

Ao analisarmos o caso do Maranhão nesse período, observamos o descaso com relação à instrução pública local. Os jornais da capital maranhense como vimos no decorrer desse estudo, apresentavam discursos progressistas. A educação era sinônimo de progresso, nações só progrediam porque tinham educação de qualidade, porém, era corriqueiro assuntos que tratavam sobre a indiferença do governo em relação à instrução pública.

Observamos a importância das famílias abastadas; o prestígio e ascensão das elites de São Luís que tomadas de orgulho buscaram certo grau de distinção a exemplo; o envio de seus filhos a Europa a fim de serem educados, voltando de lá eram responsáveis pela propagação de valores entre as elites.

As mudanças referentes à propagação da educação ou a oferta de educação para todos como estava expresso nas leis, não significou a inserção da maioria da população. Por outro lado os pais de família resistiam mandar seus filhos para a escola com a alegação de que isso fosse lugar de perdição e vulnerabilidade. No caso das meninas a educação tanto da pobre quanto da rica partilhava do mesmo ideal: a preparação para ser boa mãe e esposa. As escolas oficiais do governo mantinham em suas determinações o ensino com bordado e costura. Eram incentivadas ao casamento, arrumar um bom partido era uma meta a ser alcançada. Embora a sua instrução fosse algo discutido ainda era bastante superficial em comparação a dos homens.

Nesse estudo vimos também que no decorrer do século XIX, a educação do governo se apresentou de forma oposta ao da casa. Dentre as alternativas das

famílias distintas destacam-se: a educação doméstica, o envio dos filhos para o exterior e os colégios particulares de São Luís. A questão da obrigatoriedade do ensino trazia exceções que beneficiavam as famílias abastadas quanto ao dever e o direito destas em escolher onde os filhos precisariam estudar e que tipo de educação deveria receber. Nos documentos revisitados por nós percebemos como as falas destacavam a não intromissão do governo em assuntos tão delicados que de algum modo atingissem a moral da família. Isso enfatiza a importância e a influência destas nas deliberações.

A educação doméstica foi uma prática reconhecida de ensino no século XIX. Partindo dessa afirmativa avançamos para buscar responder nossas indagações a respeito da experiência dessa educação em São Luís já que era algo que os estudiosos da área afirmavam: a educação doméstica como meio reconhecido de ensino das crianças de elite. O governo procurou sempre destacar suas ações, as práticas familiares ficaram restritas ao âmbito doméstico como algo sagrado inviolável. Foi nesse século que percebemos mais do que nunca os cuidados com a infância; assunto que virou pauta entre os estudiosos da educação e de outras áreas como da psicologia, medicina e do direito.

A educação doméstica preferida pelas famílias ricas como aponta Faria Filho (2000), Vasconcelos (2004, 2005, 2007, 2018...) e no Maranhão com Castro (2017), Castelo Branco (2014), se contrapõe a educação ofertada pelo estado que devia por obrigação e direito dar conta de oferecer uma educação capaz de tirar os homens da ignorância e trazê-los para o deleite das luzes.

REFERÊNCIAS E FONTES

1 Fontes Primárias

1.1 Relatórios, mensagens, falas e regulamentos

BRASIL, Lei nº 7031 de 6 de setembro de 1878. Cria cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primária do 1º grau do sexo masculino do município da Corte. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/583976/publicacao/15628699>. Acesso: 14 de agosto de 2021.

FALA dirigida pelo Exmº Sr. Presidente da Província do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, à Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 14 de outubro de 1849.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Maranhão pelo Presidente da Província Dr. Augusto Gomes de Castro, em 3 de maio 1871, p.48 a 50.

MARANHÃO. Regulamento da Instrução Pública, 1874

MARANHÃO. Regulamento da Instrução Pública, 1893

RELATÓRIO com que o Exmº Sr. Dr. Augusto O. Gomes de Castro passou a administração da província ao 3º Vice- presidente, o Exmº José Francisco de Viveiros, 28 de setembro de 1874, p. 25.

1.2 Periódicos

As mães. **Álbum das Meninas**, São Paulo, n. 13, 30 de abril de 1899.

As conversas das moças. **A Sentinela**, São Luís, n. 42, de novembro de 1855.

A Escola. **Uma educação européia**, São Luís, n. 1, 29 de agosto 1874.

A Mocidade. **A Mocidade**, São Luís, n.12, 20 de novembro de 1875.

A Mocidade. , **A Mocidade**, São Luís, n. 13, 1 de dezembro de 1875.

As Mães e as filhas. **A Marmota Maranhense**, n. 28, São Luís, 4 de fevereiro de 1851.

A Província do Maranhão e a Imigração. **Guia do imigrante**, Maranhão, 1888.

As conversas das moças. **A sentinela**, São Luís, n. 42, 30 de junho de 1855.

Educação feminina. **Álbum das Meninas**, São Paulo, n. 15, 30 de junho de 1899.

Mães e mestras. **A família**, São Paulo, n. 10, 2 de fevereiro de 1889.

Notas sobre a educação feminina. **Álbum das Meninas**, São Paulo, n.12, 31 de março de 1889.

Notas sobre educação. **Álbum das Meninas**, São Paulo, n. 7 31 de outubro de 1898.

Os filhos. **Álbum das meninas**, São Paulo, n. 6 30 de setembro de 1898.

Preleções de Jesus. **Álbum das Meninas**, São Paulo, n. 20, 1 de outubro de 1900.

1.3 Romances

ALMEIDA, Lopes Júlia. **A intrusa**. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2019.

AZEVEDO, Aluísio de. O mulato, São Paulo: Editora Livraria Martins S.A, 1973.

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do XIX**. São Luís: Editora UEMA, 2014.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **“O Dote é a Moça Educada”**: mulher, dote e instrução pública em São Luís na Primeira República. São Luís: EDUEMA, 2012.

ANJOS, José Tuchinski dos. **A educação da Criança pela família no século XIX**: Da historiografia a um Problema de pesquisa. Maringá-PR, V.15, N. 1, P. 51-81, JAN/ ABR. 2015.

BINZER, Ina, Von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. 6. Ed. Editora: paz e terra, 1994.

BURK, Peter (org). **A Escrita da História**: novas perspectivas. tradução de Magda Lopes.- São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.- (Biblioteca Básica)

CORREA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira**. In: Almeida, Angela (org) Colchas de Retalhos . Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense,1992.

CORRÊA, Rossini. A formação social do Maranhão: o presente de uma arquiologia, São Luís: Engenho, 2017.

CASTRO, C. A. **Controlar e disciplinar a vida escolar**: a ação da inspetoria da instrução pública no Maranhão (1844-1889). **Revista Linhas**, [S. l.], v. 18, n. 36, p. 96-120, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017096>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CABRAL, Maria do Socorro coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1984.

CASTELO BRANCO, Joseilma Lima Coelho. **A instituição da Escola Primária Privada na Província do Maranhão (1834-1854)**. 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

DA SILVA, Diana Rocha. **Intelectuais da educação e o incentivo a escolarização primária no Maranhão**. Olhares, São Paulo, v.7, p. 147-165, 2019.

ELLIS JR., Alfredo- **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-americano**. Bibliot. Pedagógica Brasileira, Col. Brasiliana, vol.59, São Paulo: CEN, 1936.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. RJ: Nova Fronteira, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Instrução elementar no século XIX**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). (500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (2007). **A escolarização da criança brasileira no século XIX**: apontamentos para uma re-escrita. Revista Educação em Questão. Natal, v. 28, n. 14, jan./jun. 2007(pp. 121-146.

LACROIX, Maria de Lourdes Luande. **A educação na Baixada Maranhense: 1828/1889**. São Luis: Civilização brasileira/Secretaria de Cultura do Maranhão, 1982.

MARQUES, Cesár Augusto- 1826- 1900. **Dicionário histórico- geográfico da província do Maranhão**, 3.ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MENDONÇA, Camila Técla Morteau. **A educação no Império Brasileiro: O Método Lancaster**, in: Encontro Internacional de produção Científica, 9.,Maringá:

UniCesumar, 2015. Disponível em:

http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2015/anais/camila_tecla_mortean_men_donca_1.pdf. Acesso em: 9ago. 2021.

MARTINS, Ananias Alves. **Mobilidade da ordem Urbana, a reconstrução dos lugares na São Luís do século XIX**, 2005 Dissertação(mestrado em história)- Universidade Federal de Santa Catarina, São Luís, 2005.

MOTA, Antonia da Silva. **As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa**. In: FRAGOSO, José Luis Ribeiro; GOUVÊA Maria de Fátima (org). O Brasil Colonial - Vol III 1720 - 1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2014, p.685-7.

PERROT, Michelle. **História da vida privada,4: Da Revolução Francesa a primeira guerra**. tradução Denise Bottman, Bernado Joffily- São Paulo: companhia das letras, 2009.

PRIORE, Mary Del. **Historia das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto,1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

ROUSSEAU, Jean. Jacques. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil**. História: Questões & Debates, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009.

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira: Bases e perspectivas teóricas**. Anais 2002 - população e história. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000> acesso em: 05 julho de 2019.

VIVEIROS, Jeronimo de. **Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão**, São Luís, B.P.B.L, 1937.

VASCOCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres. A educação no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A educação doméstica no Brasil de oitocentos**, , revista educação em questão, Natal, v.28, n.1 4, p.24-41, Jane/jun/.2007.

VASCONCELOS, chaves Maria. **Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX**. Cadernos de História da Educação,

v.17, n.2, p. 285-308, mai.-ago. 2018.

Disponível <http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4467/3658>.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A Casa e os seus mestres: A educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro, 2004. 336p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Julia Lopes de Almeida e a educação brasileira no fim do século XIX**: um estudo sobre o livro escolar Contos Infantis. Revista Portuguesa de Educação, Portugal, v. 17, n.1, p.29-45, 2004.

WHITE, Ellen Gould. **A Ciência do Bom Viver**, São Paulo: CPB, 1905.